



Regularidade e civilidade nas vilas e cidades luso-brasileiras: uma contribuição ao estudo dos espaços públicos

Marcelo Almeida Oliveira

Para melhor conduzir o assunto deste artigo, começamos a examiná-lo a partir do binômio privado e público, o que nos ajuda, inclusive, a balizar e a compreender o surgimento dos espaços abertos de uso coletivo em algumas das principais cidades coloniais brasileiras, nos finais do século XVIII e nas primeiras décadas do XIX.

O quadro que apresenta remete-nos a um contexto de sociabilidade restrita, polarizada entre o domicílio, a rua e a igreja. No domínio da moradia, jardins, hortas e pomares favoreciam o estreitamento dos laços de convívio ou mesmo o conhecimento dos atributos da natureza de cada sítio. Tais locais costumavam reunir condições satisfatórias à estadia. Eram lugares de apazibilidade. São dados que nos levam a refletir sobre a preferência das elites em passar temporadas em suas casas de campo, nos arrabaldes dos aglomerados urbanos, onde as dimensões dos terrenos eram bem maiores do que as daqueles localizados no interior da malha urbana, proporcionando uma maior privacidade a seus proprietários.

Compreender esses traços é importante para a avaliação de uma das questões que mais intrigava os viajantes estrangeiros ao visitarem o Brasil no século XIX, ou seja, o constante abandono dos espaços públicos, em específico, dos Jardins Botânicos e dos Passeios, lugares destinados a servir a uma minoria privilegiada da população. Numa perspectiva mais ampla, o aspecto considerado deve ser visto como um valor cultural, estritamente vinculado a costumes difundidos em Portugal continental, insular e ultramarino. De fato, no Reino, não constituía hábito da elite usufruir os espaços abertos públicos, tornando-se obsoletos. Nessa conjuntura, os Passeios, construídos a partir da segunda metade do século XVIII, surgem como lugares modernos que representavam aspirações de um novo tempo, segundo o ideário e o espírito empreendedor de certos administradores, responsáveis pelo desenvolvimento do urbanismo, tal como havia acontecido na metrópole¹.

Antes de nos determos em considerações relativas ao urbanismo em voga no século XVIII, evidenciamos alguns tipos de espaços abertos presentes nas cidades portuguesas, que nos remetem ao entendimento de lugares públicos. Destacavam-se em tais cidades o rossio, a rua, o largo/prança, além de certas pontes que, no Brasil, serviam de lugares para vivenciar o ócio. Em vez de restringirmos o tema estudado aos Setecentos, preferimos tratá-lo como parte de uma continuidade histórica, principalmente a partir do reinado de D. Manuel (1495-1521). Nessa época, em específico, o conceito de cidade passou a

1 TEIXEIRA, 2001: 556.

ser fundamentado em princípios estéticos, humanistas e simbólicos, associados à civilidade, coletivismo, ludicidade e utilitarismo².

Quanto à referida temática, ressaltamos o estudo de Manuel C. Teixeira e Margarida Valla sobre o urbanismo português. A obra considera o planejamento da urbe a partir do traçado regular vigente desde os séculos XIII e XIV até o XVIII, época em que predominavam concepções relativas ao *Iluminismo*. Cabe mencionar que o período compreendido entre os Quatrocentos e os Quinhentos correspondeu ao começo das experiências urbanísticas realizadas fora do Reino, embasadas em preceitos originados no Renascimento. Na transição para os Seiscentos, ao longo da administração filipina (1580-1640), ou mesmo após essa fase, seguida pela Restauração, sobressaíram-se as cidades fortificadas³.

Estabelecidos alguns marcos históricos que nos impõem limites diante da abrangência do tema pesquisado, podemos registrar informações mais específicas, a começar pelas ruas. O grande eixo estruturador da malha edificada, na maioria dos agrupamentos urbanos, foi a rua Direita. No geral, interligava o rossio à praça, que era estrategicamente centralizada em relação a vários pontos de interesse do tecido. No caso de lugares localizados em zonas litorâneas ou ribeirinhas, estava presente a conexão do referido eixo viário com o cais. Em diversas circunstâncias, a rua principal era paralela à faixa do mar ou do rio. Independentemente do modo como se encontrava implantada, tal via polarizava atividade comercial e serviços, gerando grande concentração urbana. Por vezes, podia haver mais de um eixo organizador no tecido das cidades⁴.

A partir dos séculos XIV e XV, destacamos a presença da rua Nova, que deve ser compreendida à semelhança da rua Direita. Porém, se comparada a outras vias, apresentava maior largura e regularidade, merecendo tratamento arquitetônico especial, executado com esmero e homogeneidade, o que a tornava distinta na urbe. Além disso, concebeu-se a rua Nova para concentrar não só atividades comerciais, feiras e mercados, antes restritas ao rossio, mas também manifestações culturais, em específico, associadas a eventos administrativos e ritos da Igreja⁵. A formalização desse espaço, a nosso ver, foi uma das primeiras experiências, na longa trajetória de realizações urbanísticas, que resultaram na elaboração das vilas planejadas no século XVIII.

Os rossios, por sua vez, constituíram locais de relevância na cidade portuguesa, em especial, a partir da Idade Média. Normalmente, situavam-se junto às muralhas, na saída principal, onde aconteciam as feiras e outros eventos de grande concentração popular. O caráter plurifuncional desses espaços podia ser identificado através das denominações a eles atribuídas, dentre elas, chãos ou largos da feira ou do mercado, sendo ainda designados de campos, pelo fato de serem contíguos a zonas agricultáveis, no aro das urbes⁶.

No Brasil, os rossios possibilitaram o desenvolvimento de atividades comunais, como: coleta de lenha, cultivo de produtos alimentares (ervas medicinais, frutas, legumes, plantas condimentares, verduras), pastagem para rebanhos. Em diversos momentos da colonização, houve demonstrações de zelo por parte das autoridades, tendo em vista o aproveitamento dos recursos naturais existentes nesses lugares, principalmente das árvores, aproveitadas na execução de obras públicas. Citamos o exemplo do que aconteceu em Ouro Preto, durante o século XVIII, quando foi requerida pelos construtores grande quantidade de madeira de lei por meio do corte de espécies nobres, como: braúna, canela preta, cangerana ou sucupira, jaracarándá vermelho e peroba⁷. O aproveitamento do potencial madeireiro, aliado à intensa busca do ouro na região, resultaram

2 TEIXEIRA, 2000c: 71-72; URBE, 1997: 41.

3 TEIXEIRA; VALLA, 1999: 24.

4 ROSSA, 2002: 223; TEIXEIRA; VALLA, 1999: 48-49; URBE, 1997: 41.

5 URBE, 1997: 41.

6 ROSSA, 2002: 222; URBE, 1997: 40-41.

7 VASCONCELLOS, 1956: 161.

na significativa transformação da paisagem, sobretudo ao redor da cidade. Consideravam-se os rossios ainda como ambientes aprazíveis e de passeio, costumeiramente arborizados.

Ressaltamos aqui similaridades entre a América portuguesa e a espanhola, onde os *ejidos*, equivalentes aos rossios, acabavam desempenhando funções semelhantes. Nesses locais, eram marcantes as *cañadas* que, além de funcionarem como caminhos por onde passavam os rebanhos, na divisa entre o campo e a cidade, foram tratadas como lugares privilegiados para a prática do lazer ou do recreio.

Levando-se em conta a expansão das cidades sobre os terrenos livres, nas cercanias, era comum os antigos rossios também cederem lugar às praças, como aconteceu no Reino, especialmente em Évora, com a criação da Praça do Giraldo⁸. No século XVI, o mesmo fenômeno ocorreu em Viana do Castelo, com o deslocamento do centro cívico da cidade muralhada para o Campo do Forno, na periferia⁹. Podem ser citados outros exemplos do gênero, mas o que importa observar é a crescente estruturação da cidade portuguesa a partir dos espaços abertos, que passaram a receber cada vez mais a atenção do poder público, o que ficou estabelecido desde o governo de D. Manuel.

No que diz respeito à cidade portuguesa, a fundação das praças Novas deve ser avaliada como estratégia de planejamento, que previa a organização de centralidades em zonas de expansão. Assim, na constituição do tecido urbano, sobressaía uma multiplicidade de espaços abertos, onde se exerciam atividades econômicas, militares, político-administrativas, recreativas, religiosas, distribuídas em vários pontos da malha edificada. Essa alternativa em termos de desenho permitia moldar com maior flexibilidade a forma urbana, se comparada ao modelo vigente na América espanhola, baseado no traçado de quadras regulares e na figura marcante da *Plaza Mayor*¹⁰.

Para exemplificarmos o procedimento adotado na realidade lusiada, ressaltamos as iniciativas propostas pelo arcebispo D. Diogo de Sousa (1505-1532), que visavam a fortalecer a imagem da cidade de Braga como sede do poder eclesástico. Na primeira metade dos Quinhentos, demarcaram-se vários campos, fora das muralhas, com símbolos e monumentos religiosos que acabaram orientando a expansão do tecido urbano. Dentre os campos existentes, das Carvalheiras, das Hortas e de São Miguel, dos Remédios, de São Tiago e da Vinha, sobressaía o de Sant'Ana, antigo rossio, que viria a tornar-se a atual Praça da República. Devemos notar que o emérito Arcebispo era homem informado dos fatos da época, relacionados possivelmente com o conhecimento de referências teóricas e obras arquitetônicas e urbanísticas do Renascimento italiano, o que certamente influenciou o quadro de decisões tomadas¹¹. Geralmente, esses novos espaços públicos encontravam-se em locais destacados do tecido urbano, facilmente percebidos e na confluência de diversos caminhos.

No conjunto das intervenções urbanas, as praças tornavam-se distintas em comparação com outras categorias de espaços abertos. Além de traduzirem uma intencionalidade simbólica através do desenho, eram estritamente marcadas pelo fechamento de seus respectivos conjuntos, por meio da ocupação urbana ao redor. No âmbito das grandes intervenções, destacaram-se os Paços de Concelho, criados em Portugal, nos séculos XVII e XVIII, como o Terreiro do Paço, em Lisboa, e a Praça de Vila Viçosa, defronte ao Paço Ducal¹². Tais obras buscavam aliar estética, racionalidade, regularidade e utilidade, para valorizar a cultura do poder.

Também ocorriam soluções menos complexas, do ponto de vista formal, à semelhança das intervenções ocorridas em Braga, no início do século XVI, o que já vinha acontecendo nas cidades medievais, desde os finais do século XV¹³. Nesse tipo de situação, era marcante a presença do edifício, seja da casa de Câmara, da Igreja Matriz

8 URBE, 1997: 40-41.

9 TEIXEIRA, 2000c: 84.

10 TEIXEIRA, 2000b: 11; TEIXEIRA, 2000c: 82.

11 TEIXEIRA, 2000c: 78-79.

12 URBE, 1997: 42.

13 TEIXEIRA, 2000b: 12.

ou da Misericórdia, em terrenos previamente selecionados para acolher o uso institucional. Os lugares onde se implantavam as referidas construções, conforme comentado, acabavam gerando novas centralidades, resultando na criação de praças e na polarização do crescimento urbano. Conhecer esse processo leva-nos a entender não só o ordenamento do próprio tecido, mas de várias categorias de espaços abertos de caráter público¹⁴.

No Brasil, esta temática foi alvo de estudos realizados por Nestor Goulart Reis Filho (1968) e Roberta Marx Delson (1979). Esses estudos estão relacionados à fundação de diversas aldeias, vilas e cidades, projetadas por engenheiros militares no século XVIII. A cidade desenhada, mesmo estando sujeita a influências de padrões construtivos de caráter erudito e vernacular, mostrava-se com identidade própria. Os conjuntos urbanos fundamentavam-se na relação entre componentes culturais e ecológicos, mantendo-se em sintonia com os sítios onde se assentavam. Independentemente do período, as intervenções efetuadas visavam a atender a demandas existentes, resultando, de acordo com José Luiz Mota Menezes¹⁵, em soluções mais ligadas à forma do que à fórmula. Nesse sentido, buscava-se adequar o desenho às condições impostas por fatores biofísicos.

Na maioria das vezes, nos povoados coloniais, salientamos que os espaços abertos resultavam do processo de ajuste da malha edificada às condições biofísicas de cada lugar. Mesmo com a fundação de certos núcleos, como o Terreiro de Jesus em Salvador, no século XVI, o de Belém do Pará e a praça central em São Luís do Maranhão, no século XVII, tomados como exceção devido à constituição prévia do traçado, ficou clara a noção de planejamento que sempre deixava brechas para a acomodação da forma urbana¹⁶. No entanto, é importante entender tais realizações não como acontecimentos isolados, mas como parte da continuidade dos preceitos estabelecidos pelo urbanismo português que, desde o século XIII, procurava se afirmar na prática dos traçados geométricos¹⁷. Nos Setecentos, esse quadro evoluiu com as vilas planejadas, cujas praças passaram a desempenhar papel estruturador no desenho dos aglomerados, o que nos ajuda a compreender a inserção dos Passeios Públicos no citado contexto¹⁸.

Nos primitivos assentamentos, os largos encontravam-se delineados sobretudo a partir da confluência ou do cruzamento de caminhos. Normalmente, situavam-se nas proximidades do cais ou de mercados ou ainda na vizinhança de edificações de caráter civil ou religioso. O termo “largo” já sugere uma certa indefinição relativa à forma do local assim designado, que se poderia transformar numa praça, no geral, de feição irregular. Tal como nas praças, nos largos exerciam-se atividades militares, político-administrativas, recreativas e religiosas¹⁹. Porém, nem sempre ficava evidenciado o caráter representativo e simbólico desses núcleos funcionais.

No conjunto de intervenções públicas ocorridas na cidade colonial, sobressaíam igualmente as pontes como locais de vivência coletiva. A partir da leitura de determinados relatos, evidencia-se o registro de uma ponte de pedra, edificada no varadouro de Olinda, sobre o rio Beberibe, na década de 1740. A informação apurada permite-nos entrever o modo como os transeuntes utilizavam a referida obra. Estruturada em arcadas, possuía bancos e cobertura para proporcionar descanso e recreio a seus utentes, equiparando-se a uma arquitetura de prazer²⁰.

A partir de fragmentos textuais, é possível compreender que algumas intervenções urbanísticas, consideradas estritamente utilitárias, poderiam representar algo mais. As pontes contribuíam igualmente para proporcionar e despertar consciência de sensações a respeito das zonas ribeirinhas, frequentemente notadas por predicados que expressavam alegria e fertilidade. Na vizinhança de tais lugares, cultivavam-se hortas, per-

14 Contudo, o termo “praça” deve ser compreendido com certa cautela, em específico, no Brasil. O estudo de Lilian Fessler Vaz sobre o Rio de Janeiro, no período colonial, vem reforçar essa questão, demonstrando que a referida categoria de espaço foi igualmente assimilada como adro, campo, jardim público, largo, rossio e terreiro (VAZ, 2000: 141).

15 MENEZES, 2002: 158-159; TEIXEIRA; VALLA, 1999: 215-216.

16 TEIXEIRA, 2000b: 14-15; TEIXEIRA, 2000c: 82.

17 TEIXEIRA; VALLA, 1999: 26.

18 GOMES, 2000: 204-205; TEIXEIRA, 2000b: 14-15; TEIXEIRA, 2000c: 83.

19 URBE, 1997: 39; VAZ, 2000: 146-151.

20 JABOTAM, 1761: 85.

cebidas à imagem de jardins. Isso vinha demonstrar o tipo de relação entre cultura e natureza vigente no meio urbano, baseado no apelo aos sentidos, possibilitando sempre novas experiências de ver o mundo. Assim, não nos parece mera coincidência a colocação de assentos em várias construções das cidades de Ouro Preto, São João Del Rey e do Rio de Janeiro, fato igualmente observado em Portugal.

Em Ouro Preto, edificaram-se tais obras particularmente entre os anos de 1740 e 1760. Ali, as pontes também foram implantadas para proporcionar lazer contemplativo, facilitando a apreciação da espacialidade existente na cidade²¹.

Há de se considerar também as pontes construídas sobre o rio da Carioca, no bairro das Laranjeiras, na cidade do Rio de Janeiro. Em frente a cada portão de chácara havia pequenas e belas pontes, com bancos revestidos de azulejos ou embrechados, que formavam “desenhos curiosíssimos”, segundo Adolfo Morales de Los Rios Filho²².

Em nome da “boa” ordem

A fim de contribuir com o conhecimento dos tipos de espaços abertos, devemos manter em vista a concepção das vilas planejadas durante o século XVIII, quando ocorreu a expansão da rede urbana brasileira. Nesse contexto, a vila setecentista, planejada em termos morfológicos, possuía características bem definidas. Sua forma era considerada a partir de regras implícitas no próprio traçado, organizada em quadrículas ortogonais, onde se destacava a praça como a estruturadora do tecido, conforme evidenciado por Manuel C. Teixeira²³.

É relevante comentar que se planejaram as novas vilas para serem “comunidades-modelo”, segundo premissões estabelecidas pelo Marquês de Pombal, especialmente a partir da segunda metade do século XVIII. A implantação dessas comunidades visava a estimular novos comportamentos, com o sentido de europeizar indígenas e outros moradores acostumados aos sertões. A estruturação de uma rede de pequenos núcleos urbanos também servia para respaldar o fortalecimento das noções de autoridade e ordem forjadas em várias regiões brasileiras. Utilizou-se a planificação como instrumento de controle político-administrativo²⁴.

Na oportunidade, ressaltamos as palavras do governador da Capitania de São Paulo (1766), Luís Antônio de Souza, o Marquês de Lavradio, para evidenciar a noção de cidade moderna, pensamento que refletia a preocupação com o ordenamento do espaço público:

Uma das coisas de que os países mais adiantados costumam cuidar atualmente é da simetria e harmonia das edificações que estão surgindo em cidades grandes e pequenas, de modo que, da sua aparência [disposição], resulte não só o conforto público, mas o prazer, com os quais as aglomerações se tornam mais atraentes e apropriadas, sabendo-se da boa ordem, com que essas edificações são dispostas, da disciplina e cultura de seus habitantes²⁵.

No século XVIII, era nítido o esforço da Coroa portuguesa na criação e na manutenção dos povoamentos no sertão brasileiro, como vinha acontecendo desde a década de 1740, quando se estabeleceram medidas administrativas para a regulamentação das novas vilas²⁶. Tendo em vista a vigência de legislação régia, é

21 A partir do ano de 1741, foi marcante a quantidade de obras públicas em Ouro Preto. Além de chafarizes e pontes, erguidos ao longo do principal caminho, executaram-se alinhamentos, correções e pavimentações no sistema viário (ANASTASIA *et al.*, 1999: 71; VASCONCELLOS, 1956: 114).

22 MORALES DE LOS RIOS FILHO, 2000: 124.

23 TEIXEIRA, 2000c: 83.

24 DELSON, 1997: 56, 62, 64, 69, 82.

25 BNRJ-RC – *Portaria que levou o Dr. Juiz de Fora quando foi para Santos*, fol. 67-68v. (DELSO, 1997: 73).

26 O Regimento de 1747, instituído pelo Ministro Alexandre de Gusmão, fazia parte do plano destinado ao povoamento da região sul, com a chegada de casais açorianos, em especial, nas terras do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Estabeleceram-se as normas de ocupação segundo critérios de ordem e uniformidade, sendo priorizada, nos núcleos urbanos, a implantação de praça quadrada com 500 palmos (110m) de lado e a disposição de

possível perceber quais aspectos nortearam a gênese dos referidos núcleos, sobressaindo-se a organização dos tecidos a partir das praças, assim como sucedeu em algumas cidades do Reino, temática verificada nos estudos de José Manuel Fernandes sobre Lisboa, mais especificamente, a respeito do Rossio e do Terreiro do Paço, e na análise do traçado de Vila Real de Santo António, elaborada por Horta Correia²⁷.

Para melhor entendimento dos espaços abertos nas vilas planejadas, é necessário compreendermos o valor atribuído à cultura, que se tentava impor de todas as maneiras perante a natureza, tida como hostil ou selvagem. Essa ideia torna-se bastante clara nos procedimentos adotados por José Xavier Machado Monteiro, responsável pela Comarca de Porto Seguro (c.1768-?), na Bahia. Tal como outros administradores, esse governante seguiu o ideário da planificação e do crescimento urbano controlado, colocando-os em prática na fundação das comunidades de Portoalegre (c.1769), Prado (1772) e Vila Viçosa (1768)²⁸.

Nos lugares citados, notabilizava-se a padronização do desenho, concebido a partir da noção da “boa ordem”, que visava à difusão de costumes e hábitos civilizados nos sertões. Na estruturação dos núcleos planejados, destacamos dois tipos básicos de espaços públicos, aqueles que se apresentavam completamente organizados, segundo os princípios da ordem vigente, e os locais incultos, cuja cobertura vegetal era vista como “mato”. Essas acepções encontram-se nitidamente delineadas nos relatos de época, como na *Corografia Brasílica* (1817), elaborada pelo Padre Manuel Aires de Casal²⁹. No geral, tais narrativas demonstram haver receios em relação às florestas localizadas nas proximidades dos povoados, justificando a ocorrência de desmatamentos, como sucedeu na Comarca de Porto Seguro, mais especificamente, ao redor das comunidades recém-implantadas, numa “largura de dois tiros”. Segundo os preceitos divulgados nos Setecentos, a referida iniciativa “proporcionaria arejamento, aumentaria a área de pastagem e afastaria as onças, cobras e mosquitos”, conforme comentado anteriormente³⁰.

O desejo do homem de exercer controle sobre o espaço ao redor das aglomerações urbanas, muitas vezes acabava atribuindo um fundo de verdade às teorias que consideravam a natureza, em seu estado primitivo de floresta ou mata, prejudicial à saúde das populações, tornando-se premente sua domesticação para que fosse apreciada como um lugar útil. De acordo com Magnus Pereira, esse tipo de visão permeou o universo cultural português, servindo para orientar a política pombalina de criação das novas vilas nas colônias³¹. Aquela visão é exemplificada em relato do Morgado de Mateus, Capitão-General de São Paulo, D. Luís António de Souza (1772).

O [clima] sempre se costuma mostrar infesto e letal em todas as partes, adonde se fundam Povoações novas, pois mais ano menos ano vêm a experimentar rigorosas doenças, de que falece grande número de povoadores; enquanto as terras não se rompem, e os ares não se purificam com os fogos, com as criações de gado, que são muito úteis para este benefício, e com o costume que forma nova natureza³².

Com base nisso, fundaram-se diversas comunidades em locais com fartura de água, ares salutíferos e solos férteis, visando ao desenvolvimento da agricultura, atividade valorizada nas cidades coloniais como símbolo de beleza e civilidade. Nesses assentamentos, dentre os espaços abertos, sobressaíam-se alamedas,

ruas com não menos de 30 pés (9,14m) de largura, sobressaindo-se a demarcação dos quintais nas habitações, no intuito de promover a subsistência familiar (DELSON, 1997: 45).

27 GOMES, 2000: 217-218.

28 DELSON, 1997: 69-72.

29 CASAL, 1945-47: II, 84, 146-147, 179, 206.

30 AHU – *Relação individual do (...) Ouvidor da Capitania de Porto Seguro (...) desde o dia 3 de maio de 1767 ...* (DELSON, 1997: 72).

31 PEREIRA, 1999: [23].

32 PEREIRA, 2005: 135-136.

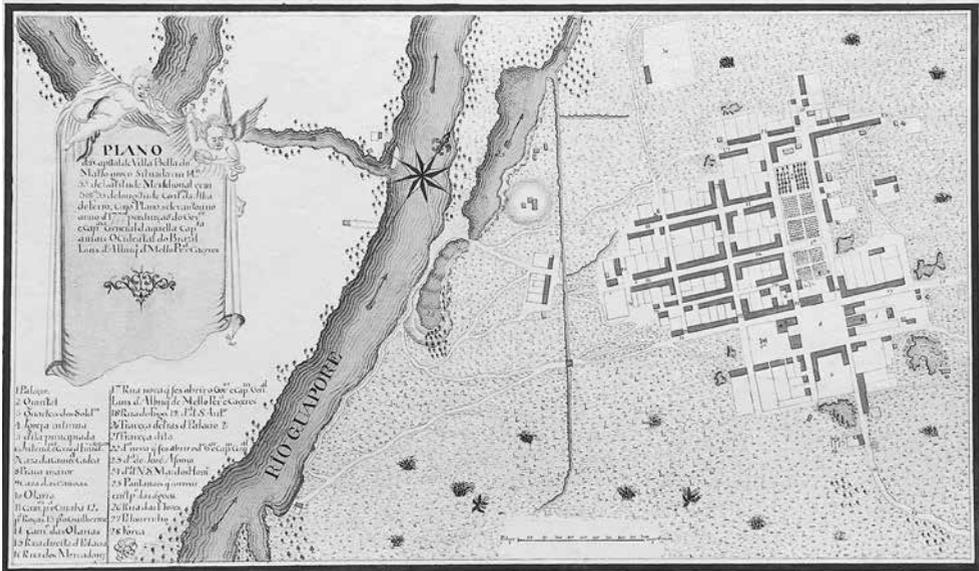


Figura n.º 1 – Plano da Capital de Villa Bella do Matto Groço [...]; cujo plano se levantou no anno d'1777 por direção do Gov.or e Cap.am General daquella Cap.ta a mais Ocidental do Brazil Luis d'Abuq.e d'Mello Pr.a e Caceres. Original manuscrito pertencente à família Albuquerque, que integra o acervo da Casa da Ínsua, Portugal, 1777.

Fonte: REIS FILHO, 2000: 260, 394.

tidas como manifestações do mundo civilizado da época, observadas especialmente nas representações das sedes de poder administrativo, como Vila Bela (1752), no Mato Grosso, e em Vila Boa (1736-9), atual Goiás, e nas povoações de Aldeia Maria (c.1780), em Goiás, e Casalvasco (c.1782), em Mato Grosso.

Vila Bela, fundada oficialmente em 1752, tornou-se um símbolo da ocupação portuguesa na região extremo oeste do Brasil. Como obra emblemática, a recém-criada Capitania do Mato Grosso deveria espelhar os cânones da modernidade, assimilados a partir de normas adotadas no planejamento de Vila Boa, fato sucedido na década de 1730. Tais instruções, colocadas em prática pelo Capitão-General António Rolim de Moura, na década de 1750, previam a escolha de sítio saudável, em lugar estratégico do ponto de vista econômico e político, priorizando-se a abertura de ruas largas e retas, e a construção de casas com fachadas uniformes³³.

No conjunto de Vila Bela, houve a preocupação de destacar a presença da praça, como acontecia em outras vilas planejadas, a partir da demarcação de um quadrado que contava com 408 palmos (89,76m) de lado, delimitado por ruas de 60 palmos (13,20m) de largura. A praça era definida pela presença da casa de Câmara, da igreja paroquial, do quartel e da moradia do Governador, reforçando mutuamente o caráter simbólico do lugar. Quanto à residência do Governador, D. Rolim de Moura, projetada no Rio de Janeiro, ela destacava-se pela monumentalidade. Situava-se em terreno equivalente a duas ou mais quadras, que incluíam um grande jardim, posteriormente seccionado com a abertura de uma rua. Segundo Magnus Pereira, uma das partes desse jardim foi destinada ao lazer da população, sendo criado o Primeiro Passeio Público brasileiro, antes mesmo da fundação de espaço congênere no Rio de Janeiro, inaugurado em 1785³⁴. Aventou-se essa hipótese através

33 DELSON, 1997: 31-36.

34 DELSON, 1997: 31-36.

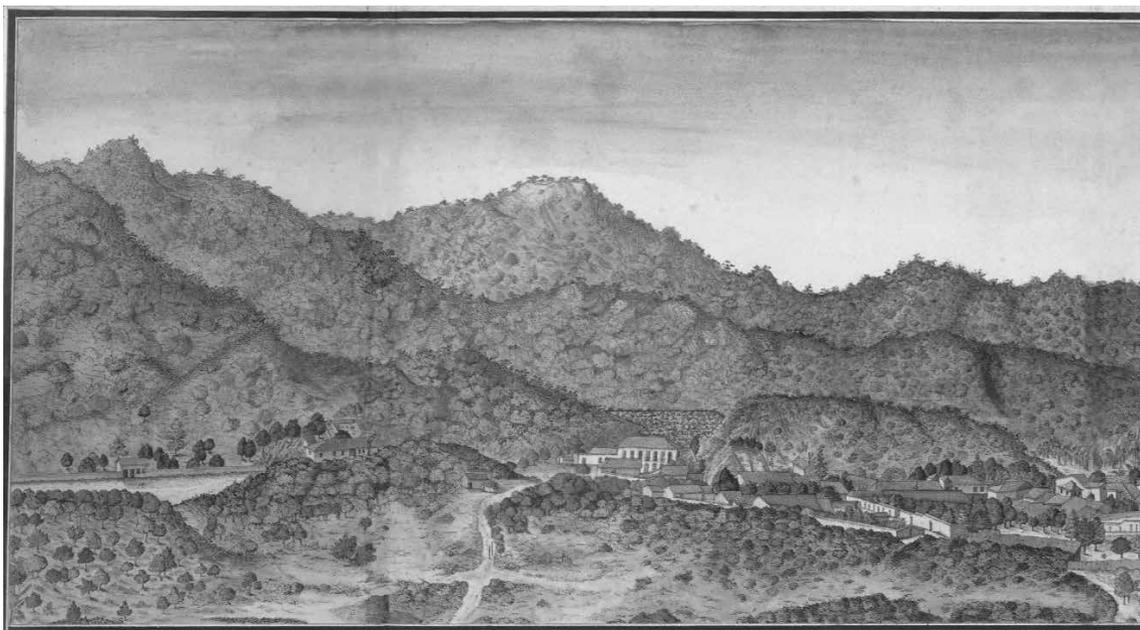


Figura n.º 2 – *Perspectiva de Villa boa de Goyas* mandado tirar pelo Ilustríssimo e Excellentíssimo Senhor Don João Manoel de Menezes. Original da Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo, 1803.
Fonte: REIS FILHO, 2000: 236-238, 387.

da análise iconográfica, levando-se em conta os registros de Vila Bela, elaborados entre 1773 e 1777, que primavam pela excelente qualidade da representação³⁵. Nesse período, não se sabe ao certo quando ocorreu o prolongamento da rua da Virgem nem o que motivou o empreendimento, o qual resultou na interceptação da alameda contida na residência oficial do governador. A parcela desanexada posteriormente foi reocupada para outros usos, tendência já observada no ano de 1789 (Figura n.º 1)³⁶.

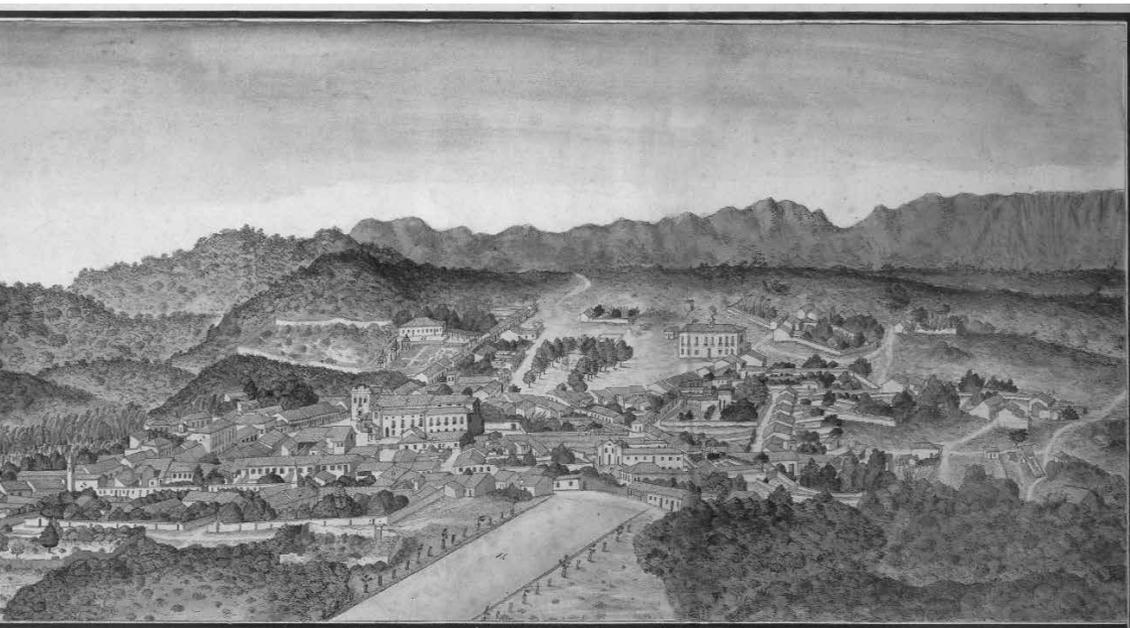
Com relação à Vila Boa de Goiás, foi alvo de melhorias urbanas no governo de Luís da Cunha Menezes (1778-1783). Ao ser consultado pelo Ouvidor da Comarca, António José Cabral de Almeyda (1778), a respeito do plano para a reforma do povoado, Cunha Menezes deixou bem clara sua convicção sobre os efeitos benéficos da “perspectiva ordenada”³⁷. Assim como outros administradores de seu tempo, acreditava que através da “boa” forma era possível alcançar a urbanidade. Uma perspectiva “agradável” podia ser assimilada através do alinhamento das ruas, da regularidade da arquitetura, da uniformização das fachadas. As medidas preconizadas tinham o objetivo de promover a modernidade na sede da capitania, segundo princípios adotados nas nações mais “civilizadas” da Europa. Ao determo-nos no estudo da planta de Vila Boa (Figura n.º 2), datada de 1782³⁸, é perceptível, além da preocupação com a regularidade de edifícios e ruas, a intenção de valorizar os principais eixos viários e visuais da zona urbana, destacando-se o plantio alinhado e sistemático de árvores na antiga praça da Câmara. Nesse local, o chafariz servia como ponto focal da alameda construída, vista como um

35 PEREIRA, 1999: [7].

36 REIS FILHO, 2000: 259-261, 393-394.

37 BNRJ – *Carta do governador Luís da Cunha Menezes ao Ouvidor António José Cabral de Almeyda...* (DELSON, 1997: 84).

38 REIS FILHO, 2000: 240, 388.



Passeio Público no relato do Padre Manuel Aires de Casal (1817) (Figura n.º 2)³⁹. A vegetação que se implantou naquele espaço ficou definida pela regularidade.

Quanto ao Governador Luís da Cunha Menezes, é oportuno salientar que, ao ser eleito como administrador da Capitania de Minas Gerais, contou com a experiência de ter participado da requalificação do tecido urbano de Vila Boa e da implantação de povoados indígenas em Goiás, como Aldeia Maria (c.1780) e São João de Mossamedes (c.1780)⁴⁰. Tais assentamentos foram planejados para manter o controle político-administrativo, mediante a imposição da ordem pública⁴¹. No caso particular da Aldeia Maria, sua trama era bem simples (Figura n.º 3)⁴². Organizava-se a partir da praça central, onde havia intenção de plantio de árvores ao redor do grande vazio, possivelmente com o objetivo de amenizar a rigidez do traçado com a criação de áreas de sombreamento. A solução urbanística adotada pretendia promover a unidade formal no conjunto planejado, visando a propiciar o desenvolvimento da civilidade, fato relacionado com a afirmação do poder real na conquista do território.

O mesmo podemos dizer com referência à fundação da Vila de Casalvasco (c.1782), situada a oito léguas, cerca de 52,80 quilômetros, ao sul de Vila Bela do Mato Grosso. O desenho do povoamento denotava apuro na organização de sua malha, talvez pelo motivo de ter merecido atenção especial do Governador Luís de Albuquerque Melo Pereira e Cáceres, sendo considerado um lugar apropriado para férias ou recreio. O local foi organizado a partir de traçado reticulado, de aspecto uniforme, tendo como focos da intervenção urbana três grandes espaços públicos, uma alameda e duas praças; construídas para permitir, através dos eixos projetados, o máximo de integração com a paisagem. As praças, de planta regular, foram definidas por fileiras de árvores. Apresentavam um dos lados abertos para o rio Barbados, criando situações propícias ao lazer.

39 CASAL, 1945-47: I, 333-334.

40 MELLO, 1985: 177.

41 DELSON, 1997: 81-82.

42 REIS FILHO, 2000: 242, 389.

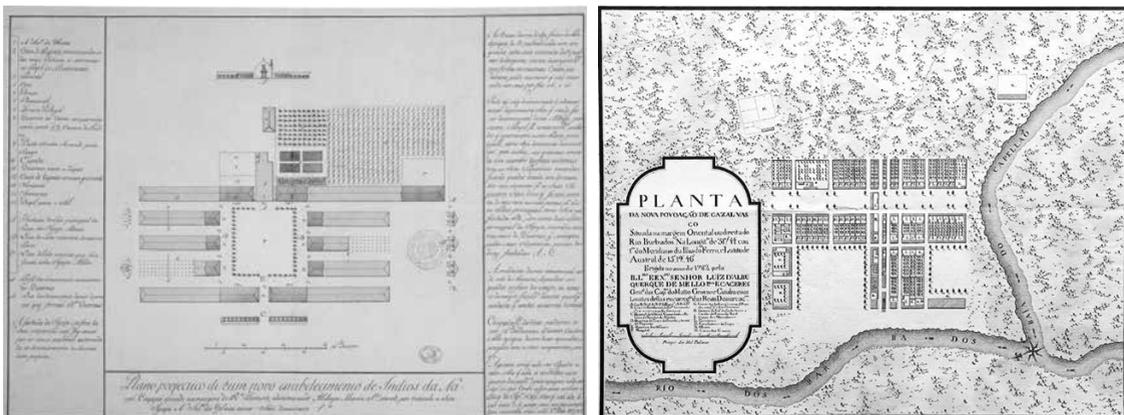


Figura nº. 3 – Plano projectivo de hum novo estabelecimento de Índios da nação Cayapó situado na margem do R^o Fartura, e denominado Aldeya Maria a 1^a, e tendo por oraculo a sua Igreja N. S^{ra}. da Glória como se ve do numero 1^o. Original do Arquivo Histórico Ultramarino, 1782.
Fonte: REIS FILHO, 2000: 242, 389.

Figura n.º 4 – Planta da nova povoação de Casal Vasco [...] erigida no anno de 1782 pelo Ill. mo e Ex. mo Senhor Luiz D'Albuquerque de Mello P. ra e Caceres. Original pertencente à Casa da Ínsua, Portugal, 1782.
Fonte: REIS FILHO, 2000: 263, 395.

Além de essas praças desempenharem função residencial, também se destinavam à ocupação institucional, destacando-se prédios para alojamento de oficiais, casa da Câmara, habitação do Governador, hospital, quartel. Em tal contexto, as moradias existentes permaneciam definidas com os seus quintais, no intuito de estimular tanto o convívio com a urbanidade quanto a promoção do auto-abastecimento. Ordem, regularidade e simetria eram princípios recorrentes no ordenamento das vilas planejadas⁴³.

No entanto, ao compararmos a proposta inicial concebida para Casalvasco (c.1782) com a representação panorâmica desse lugar (1790), deparamo-nos com algumas diferenças entre aquilo que se imaginava para o local e o que de fato aconteceu. De acordo com a representação feita, não se via uma só árvore nos logradouros públicos, fato relacionado à falta de conservação do espaço urbano (Figura n.º 4)⁴⁴. Provavelmente, os moradores preferiam ficar refugiados em suas casas, em vez de se exporem em público. O aparente estado de abandono das praças e das ruas, de certo modo, dizia respeito às dificuldades de convivência entre diferentes grupos de habitantes, o que acabava gerando grandes conflitos em termos de valores, tornando-se contraditória a experiência da padronização do comportamento humano, pensamento idealizado na teoria. O que supostamente ocorreu em Casalvasco, sucedeu em diversas outras comunidades fundadas nos Setecentos.

No final do século XVIII, nada era mais apropriado a um governante do que abraçar a causa pública. Nessa época, ficou patente a noção do ordenamento global, difundida nas principais cidades e vilas coloniais. Com base nos preceitos salientados, destacamos o oportunismo dos administradores que buscavam seguir os passos do Marquês de Pombal, responsável por várias iniciativas referenciadas, dentre elas, a reconstrução da Baixa e a fundação do Passeio Público lisboeta (1764).

No Brasil, até mesmo as intervenções mais modestas eram norteadas por aquelas ideias, aspecto notado tanto na construção de alamedas, nas pequenas comunidades da Capitania do Grão-Pará⁴⁵, quanto na ocupação

43 DELSON, 1997: 79-80.

44 REIS FILHO, 2000: 263-264, 395-396.

45 CASAL, 1945-47: II, 328, 355-357.

de charcos ou paus considerados insalubres ou pestilentos, geralmente localizados em zonas de expansão, como aconteceu nos arredores da cidade da Paraíba (1785), atual João Pessoa, no governo de Jerónimo Jozé de Mello e Castro (1764-1797). Nessas circunstâncias, as obras visavam à transformação das cercanias em jardins apropriados ao convívio coletivo e ao recreio, segundo os novos ideais urbanos e os padrões da modernidade. Assim, o lugar considerado um charco “indecente” foi alvo de melhorias, sendo ocupado com jardim público. O local em si, que não tinha atrativos, passou a ser uma referência regional, conforme palavras do ilustre governante:

Na fonte nova que Sua Majestade permittio se fizesse de Sua Real Fazenda, admirão todos a sua incançavel assistência que diariamente faço na mesma obra, de que a Nobreza, e o Povo estão satisfeitos por verem hum chafariz de sete bicas de agoas abundantes, em hum lugar que antes era hum Paul, e charco indecente onde os escravos brigavão pela pouca agoa de huma casimba, servindo hoje de passeio público pela situação amena, e mais delicioza pelas arvores silvestres que na melhor ordem mandei plantar ficando a melhor obra que tem a cidade e ainda Pernambuco⁴⁶.

Frente ao exposto, compreendemos as gravações dos dísticos “Ao Amor do Público” e “Interesse pela Causa Pública”, em marcos de pedra dos Passeios do Rio de Janeiro e de Luanda, fatos já assinalados por Hugo Segawa e Magnus Roberto de Mello Pereira⁴⁷. Os conjuntos concebidos, de uma maneira geral, promoviam centralidades, estabeleciam diretrizes de ocupação do solo, induzindo a ocorrência de alinhamentos e enquadramentos perspectivos no espaço urbano.

Elenco vegetal

Nas narrativas dos viajantes e cronistas do século XIX, percebemos claramente a importância crescente da vegetação no desenho dos logradouros públicos, em particular dos Passeios, que se destacavam pela diversidade das espécies aclimatadas. Vários desses lugares foram também utilizados para a realização de experimentos, como foi o caso do Passeio do Rio de Janeiro, onde funcionou um pequeno jardim botânico, nas décadas de 1830 e 1840, possivelmente para subsidiar atividades desenvolvidas por Frei Leandro do Sacramento, responsável ali por cursos de agricultura e botânica (c.1814-c.1829)⁴⁸. No mesmo período, sabe-se que Frei Leandro ainda cuidava da manutenção do Horto Real da Lagoa Rodrigo de Freitas, fundado por D. João, em 1808, o que certamente facilitou a transposição de mudas e sementes de um lugar para outro.

Para melhor compreendermos o processo de dispersão das novas plantas pelos jardins, é necessário considerar o incremento do comércio ocorrido durante o século XIX, resultando na importação de um vasto número de espécies exóticas, procedentes de diversos lugares, sobretudo, da Ásia, Europa e Oceania. Dentre os exemplares difundidos, destacavam-se os de caráter ornamental, que ajudavam na composição dos espaços abertos. No elenco das variedades disponíveis, sobressaíam as árvores frutíferas, que encantavam pela beleza de seus atributos.

A grande aceitação e divulgação de tais plantas contribuía para atrair e sensibilizar os visitantes dos jardins públicos. Na maioria das vezes, tais ambientes eram pontuados por aromas, cores, sombras e pelo porte elegante de várias espécies, como laranjeiras, limoeiros, pitangueiras, romanzeiras, para além de coqueiros e palmeiras.

Assim, podemos referir-nos à propagação de suaves fragrâncias, oriundas de jasmineiros, conforme testemunhado por Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882)⁴⁹, ao descrever certos locais do Passeio Público

46 AHU – *Ofício do [governador da Paraíba], brigadeiro Jerónimo José de Mello e Castro, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Mello e Castro...*

47 PEREIRA, 1999: [5]; SEGAWA, 1996: 89.

48 MORALES DE LOS RIOS FILHO, 2000: 113-115.

49 MACEDO, 1991: 74.

do Rio de Janeiro, apreciados pela agradável estadia. O mesmo podemos dizer em relação ao tratamento da cercadura do recinto existente no Campo de Santana (1818), com o cultivo de espécies odoríferas. Os exemplos são oportunos, uma vez que evidenciam um quadro de amenidades nesses Passeios, onde também não passava despercebido o tipo de luminosidade ao longo dos caminhos. No geral, a claridade em tais lugares, especialmente naqueles sedimentados no tempo, era tênue e radiosa, concebida para evitar fortes contrastes de luz e sombra, justificando o emprego de alamedas ou renques ou ainda de latadas. Em regiões de elevadas temperaturas, preferia-se o plantio de árvores com copas abertas e densas, como as jaqueiras, os jambeiros e as mangueiras. Os complexos constituídos tinham aspecto de verdadeiros pomares, muito apreciados na cultura brasileira. Porém, os espaços de uso coletivo não chegavam a cativar inteiramente os nativos a ponto de modificarem seus costumes ou hábitos ancestrais, mesmo com a imposição de novos modelos culturais.

Era notória a difusão de plantas que podiam ser moldadas em formas arquitetônicas. A vegetação dos Passeios, além de funcionar como amenizadora do clima, também contribuía para reforçar a continuidade e a demarcação dos traçados. Nesse quadro, notamos a preferência, em algumas das situações identificadas, pelo uso de camélias, ciprestes, laranjeiras, limoeiros, pitangueiras, romanzeiras, roseiras. A regularidade percebida em certos logradouros, principalmente os concebidos no final dos Setecentos e nas primeiras décadas dos Oitocentos, era atenuada por qualidades formais das espécies utilizadas.

Em certas circunstâncias, as soluções executadas encantavam pela grandiosidade, tal como sucedeu no Jardim Botânico ou antigo Horto Real, que se destacava, no século XIX, como um dos principais logradouros do Rio de Janeiro. O grande eixo estruturador do lugar, uma alameda construída no início da década de 1840, impressionava pela robustez e pelo vigor das palmeiras (*Palma mater*), dispostas ao longo de, aproximadamente, 240 metros de comprimento, fato considerado símbolo de distinção e nobreza⁵⁰.

Muitas das realizações paisagísticas no Brasil mantiveram-se coerentes com os princípios adotados no Reino. Apesar do valor concedido ao exotismo, também era evidente o uso de elementos da terra, ou seja, da flora autóctone, o que pode ser identificado no aproveitamento de árvores típicas, como o cajazeiro, a “mutambeira”, a mungubeira, o oiti, a pitangueira, a sumaúma. Em se tratando de coqueiros e palmeiras, eles eram particularmente vistosos na demarcação dos percursos urbanos e na disposição de certos logradouros, conferindo a esses lugares dinamismo, elegância, ritmo, transparência e verticalidade. Era notória a correspondência entre o modo de organizar a vegetação e a modernidade da linguagem artística, adotada no desenho dos jardins públicos.

No que concerne ao século XIX, devemos ressaltar o gosto crescente pelas raridades botânicas, consideradas elementos de destaque na composição dos jardins. Dessa maneira, não era fortuito o cultivo das espécies ornamentais, que encantavam pelas próprias qualidades. No seletivo grupo das plantas exóticas, citamos a quina peruana, observada no Passeio de Salvador ou ainda os exemplares de casuarina, eucaliptos da Austrália, oliveira e pinheiros, percebidos em meio à vegetação do Jardim da Luz em São Paulo⁵¹. Dada a diversidade das espécies aclimatadas, tais espaços acabavam sendo interpretados como referências de civilidade, no sentido de constituírem livros abertos ao conhecimento, o que se adequava bem aos propósitos da cultura divulgada pelo Iluminismo.

Quanto à ocorrência da vegetação em outros tipos de espaços públicos, além dos Passeios, destacamos relato do Padre Frutuoso Correa (1696)⁵², a respeito da cidade de São Luís do Maranhão. Entre as benesses da cidade, descritas pelo referido jesuíta, sobressaía a presença do verde na malha urbana, “retalhada” de arvoredos, que contribuía para atenuar as condições climáticas do lugar.

50 MORALES DE LOS RIOS FILHO, 2000: 115-116.

51 AVÉ-LALLEMANT, 1953: II, 337; SPIX; MARTIUS, 1938: II, 287.

52 LEITE, 1949: IX, 391.

Apesar de serem escassos os registros que atestam a existência do componente vegetal em adros, campos, largos, praças, ruas, podemos supor sua continuidade e permanência, em particular nos povoados inseridos nas brenhas do interior. As narrativas de Spix e Martius (1817/1820) possibilitam-nos refletir sobre o que acontecia nos pequenos aglomerados, onde se observavam casas, choças, mocambos ou palhoças em meio a espécies frutíferas, como presenciado no lugarejo denominado Breves, assim percebido:

é um povoado sito a sudoeste da ilha de Marajó. Mal o posso chamar de aldeia, pois que, entre as 30 ou 40 choças espalhadas por ali e construídas sem regra, em volta, sob a sombra de frondosos cacauzeiros, jambeiros, abieiros e laranjeiras, somente a casa do juiz é de pau a pique e barro; as outras não são mais do que tetos feitos com folhas de palmeiras ubuçu⁵³.

Spix e Martius, ao retratarem outro povoado, conhecido como Mosqueiro, na região do Pará, praticamente repetiram a narrativa anterior, ficando bem visível o aspecto rural no meio urbano. As moradias encontravam-se “espalhadas, por entre capoeira baixa, roças de milho e feijão, bem como canaviais e cacauzeiros”⁵⁴.

A maioria desses lugarejos apresentava traços semelhantes, que variavam apenas em função das singularidades biofísicas de cada lugar. Todavia, sabe-se que, ao longo dos Setecentos e início dos Oitocentos, diversos governantes incumbiram-se de modificar esse quadro. Em nome da civilidade e cultura, passaram a exigir maior controle sobre a organização do espaço urbano, sobretudo nas vilas recém-implantadas.

A nosso ver, isso sucedeu com base na vigência de uma nova ordem estabelecida no contexto urbano. Tudo que não estivesse associado ao geometrismo e/ou à regularidade, no espaço público, não era bem-vindo, o que também era válido para a disposição do componente vegetal. Ao redor dos núcleos coloniais, tratavam-se as matas como algo ameaçador, daninho ou fora de controle. A cobertura vegetal nativa era frequentemente derrubada e queimada para ceder lugar às atividades agropecuárias, o que não deixava de ser observado como fato decorrente da civilidade. De acordo com o pensamento de final do século XVII e início do XVIII, havia tendência a se acreditar que as florestas eram diretamente responsáveis pela insalubridade, o que ficou registrado em parecer sobre os surtos epidêmicos na velha Goa:

As árvores são um espécie de bombas que metendo o ar na terra conservam a sua umidade mas enquanto esta umidade é útil, as folhagens que apodrecendo no chão as fazem tanto mais nocivas quanto é certo que apodrecendo levam ao ar exalações impuras. Por isso é que assentam os filósofos naturalistas que os bosques são constantemente perniciosos à saúde⁵⁵.

Porém nem todas as espécies eram consideradas nocivas. No citado período, a ideia de insalubridade estava diretamente associada ao desconhecimento. À medida que certas plantas se tornaram úteis, começavam a ser vistas de maneira amistosa, o que ia enfraquecendo o mito relativo às pestilências.

Além do interesse pelo potencial econômico de certas espécies, foram prestigiados arbustos e árvores que oferecessem suaves aromas, boas sombras e tivessem portes harmoniosos, à semelhança de laranjeiras, limoieiros e toranjeiras. No universo das variedades aclimatadas, destacavam-se os coqueiros e as palmeiras, por facilitarem a circulação do vento e “fazerem sombrio”⁵⁶. Em Goa ou em qualquer outra localidade do território ultramarino, era nítido o predomínio da cultura sobre a natureza, de modo a garantir o bem-estar do homem. No contexto brasileiro, a flora igualmente oferecia contribuições regionais, o que ficou patente nos aponta-

53 SPIX; MARTIUS, 1938: III, 110.

54 SPIX; MARTIUS, 1938: III, 474.

55 ALBUQUERQUE, 1909: 347; PEREIRA, 1999: [23].

56 ALBUQUERQUE, 1909: 355, 364; PEREIRA, 1999: [23].

mentos do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira⁵⁷, elaborados na sua viagem “filosófica” pelas Capitânicas de Cuiabá, Grão Pará, Mato Grosso e Rio Negro (1783/1793). Assim, não deixaram de ser notados: o cravo, o puxiaçu, o puximirim e o umiri, devido aos seus atributos aromáticos.

Parece-nos oportuno mencionar o surgimento, a partir da segunda metade do século XVIII, de ações administrativas voltadas para a arborização urbana, como ficou estampado em muitas representações de cidades, povoados e vilas, fundados, em particular, no interior do Brasil. Desse modo, podemos situar o plantio ordenado da vegetação até mesmo nos pequenos assentamentos, conforme verificado em Nogueira, localidade da Província do rio Solimões, no extremo norte. O referido aglomerado foi retratado pelo Padre Manuel Aires do Casal (1817) como vila “mediocre” e aprazível. Havia renques de laranjeiras nas suas ruas, o que possivelmente encantava o olhar dos visitantes, conferindo ao lugar ares de requinte europeu⁵⁸. O exemplo é pertinente e leva-nos a refletir sobre a contribuição das pequenas “comunidades-modelo”, implantadas em locais ermos que, no geral, se adequavam ao traçado do desenho regulador. As experiências realizadas induziram a ocorrência daquilo que foi denominado, por Roberta Marx Delson, de “inversão no modelo tradicional de transferência cultural”⁵⁹. Tal fenômeno contribuiu para a divulgação de soluções espaciais, testadas e aprimoradas, como certamente aconteceu com a arborização sistemática dos logradouros públicos, que nem sempre foi facilmente assimilada no cotidiano de cidades e vilas brasileiras.

O que importava de fato era promover a marca da civilidade, ainda que fosse através da conservação, quase obstinada, de jardins à moda europeia ou através do plantio de alamedas em plena região amazônica, o que era certamente visto como algo bastante inusitado. A visão de árvores e palmeiras perfiladas ao longo de ruas da cidade e dos caminhos na periferia, onde se localizavam as chácaras, tinha o propósito de deixar claro o espírito moderno de seus promotores. Devemos ressaltar a difícil tarefa dos governantes na preservação da cobertura vegetal no espaço público, pela falta de apoio e consciência de grande parte da população urbana, que se colocava normalmente à margem das melhorias executadas, situação que derivava, em alguns casos, na ocorrência de depredações e hostilidades com relação à arborização de praças e ruas.

Esse quadro ainda vai perdurar durante boa parte do século XIX, devido a uma série de motivos, dentre eles: a indiferença ao “culto” da árvore, a inexistência de cuidados com o desenvolvimento das mudas, minimamente assistidas com adubação e regas periódicas, a precária consciência do “amor ao público”, as reduzidas dimensões de becos, travessas e ruas dos antigos núcleos coloniais, o que dificultava a presença da vegetação em seus domínios. Também havia uma certa dose de hostilidade dos moradores em relação a todos os tipos de melhorias no espaço público, devido possivelmente ao valor concedido ao lugar privado, traço peculiar em diversos segmentos da sociedade.

Fontes e Bibliografia

AHU – *Relação individual do [...] Ouvidor da Capitania de Porto Seguro [...] desde o dia 3 de maio de 1767 até o fim de julho de 1777*. BAHIA-ACL-CU-005, D. 9147.

AHU – *Ofício do [governador da Paraíba], brigadeiro Jerônimo José de Melo e Castro, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, sobre a chegada do vigário Antônio Soares Barbosa e a propósito da construção de uma fonte nova, com um passeio público, que antes só servia aos escravos*. PARAÍBA-ACL-CU-014, Cx. 29, D. 2144: 1785, Maio, 6, Paraíba. ALBUQUERQUE, Viriato A.C. de, 1909 – *O Senado de Goa: memória histórico-arqueológica*. Nova Goa: Imprensa Nacional.

ANASTASIA, Carla Maria Junho *et al*, 1999 – “Dos bandeirantes aos modernistas: um estudo histórico sobre Vila Rica. A casa e a rua”. *Revista de Trabalho*. Ouro Preto: Museu da Inconfidência, n.º 0, Ano 1, p. 59-83.

AVÉ-LALLEMANT, Robert Christian Berthold, 1953 – *Viagem pelo sul do Brasil no ano de 1858*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional

57 FERREIRA, 1888; PEREIRA, 1999: 23.

58 CASAL, 1945-47: II, 328.

59 DELSON, 1997: 98-99.

do Livro, tomo I, II. (Edição alemã: 1859).

BARBOSA, José Maria da Silva Pinto, 1993 – *Da praça pública em Portugal*. Évora: Universidade de Évora (dissertação de doutoramento em Artes e Técnicas da Paisagem), vol. 1.

BNRJ – *Carta do governador Luís da Cunha Menezes ao Ouvidor António José Cabral de Almeida, contendo instruções sobre o realinhamento da vila*. IV-13-14-10, Documento 17: 1778, Dezembro, 28, [Vila Boa].

BNRJ-RC – *Portaria que levou o Dr. Juiz de Fora quando foi para Santos*, fol. 67-68v. Lista 1: 1766, Setembro, 15, São Paulo.

CASAL, Manuel Aires de, Padre, 1945-47 – *Corografia brasílica*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro; Imprensa Nacional, tomos I, II. (Impressão régia feita em 1817).

DEL PRIORE, Mary, 1997 – “Ritos da Privada” in NOVAIS, Fernando A. (coord.); SOUZA, Laura de Mello (orgs.) – *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, vol. 1, p. 275-327.

DELSON, Roberta Marx, 1997 – *Novas vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII*. Brasília: ALVA-CIORD.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues, 1888 – *Viagem philosophica pelas Capitânicas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá (1783-1793)*.

GOMES, Luís Miguel Martins, 2000 – “Geometria no traçado de praças, teoria versus prática, no tempo de Pombal” in TEIXEIRA, Manuel C. (coord.) – *A praça na cidade portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, p. 199-223.

JABOATAM, António de Santa Maria, Frei, 1761 – *Orbe seráfico novo brasílico*. Lisboa: Officina de Antonio Vicente da Silva, livro I.

KIDDER, Daniel Parish, [1972] – *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil (Rio de Janeiro e Província de São Paulo)*. São Paulo: Livraria Martins.

LEITE, Serafim, 1949 – *História da Companhia de Jesus no Brasil; escritores de N a Z*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro; Livraria Civilização Brasileira; Lisboa: Livraria Portugália, tomo IX.

MACEDO, Joaquim Manuel de, [1862] 1991 – *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*, 4ª ed. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Livraria Garnier.

MELLO, Suzy de, 1985 – *Barroco Mineiro*. São Paulo: Editora Brasiliense.

MENEZES, José Luiz Mota, 2002 – “Olinda e o Recife, 1580-1780 arte e arquitectura: dois momentos” in *Colóquio luso-brasileiro de história da arte*. Actas, 5. Faro: Universidade do Algarve, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História, Arqueologia e Património, p. 143-159.

MORALES DE LOS RIOS FILHO, Adolfo, 2000 [1946] – *O Rio de Janeiro imperial*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello, 1999 – “De árvores e cidades; ou a difícil aceitação do verde nas cidades de tradição portuguesa” in SOLLER, Maria Angélica; MATOS, Maria Izilda S. (orgs.) – *A cidade em debate*. São Paulo: Olho d'Água, p. 11-47.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello, 2005 – “Alguns aspectos da questão sanitária das cidades de Portugal e suas colônias: dos saberes olfativos medievais à emergência de uma ciência da salubridade iluminista”. *TOPOI*. Rio de Janeiro: UFRJ, vol. 6, n.º 10, jan.-jun., p. 99-142.

REIS FILHO, Nestor Goulart, 2000 – *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, Fapesp.

ROSSA, Walter, 2002 – *A urbe e o traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra: Livraria Almedina.

SEGAWA, Hugo, 1996 – *Ao amor do público; jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS Carl Friedrich Philipp von, 1938 – *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, tomos I, II, III. (Edição alemã: 1823).

TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida, 1999 – *O urbanismo português: séculos XIII-XVIII Portugal-Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte.

TEIXEIRA, Manuel C. (coord.), 2000a – *A praça na cidade portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.

TEIXEIRA, Manuel C., 2000b – “Introdução” in TEIXEIRA, Manuel C. (coord.) – *A praça na cidade portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, p. 9-16.

TEIXEIRA, Manuel C., 2000c – “As praças urbanas portuguesas quinhentistas” in TEIXEIRA, Manuel C. (coord.) – *A praça na cidade portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, p. 69-89.

TEIXEIRA, Manuel C., 2001 – “A história urbana em Portugal: desenvolvimentos recentes” in ARAÚJO, Renata *et al* (coords.) – *Colóquio internacional universo urbanístico português, 1415-1822*. Actas. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.

URBE, 1997 – *Ternos passeios: um manual para melhor entendimento e fruição dos espaços públicos*. Lisboa: Instituto de Promoção Ambiental, Câmara Municipal de Lisboa.

VASCONCELLOS, Sylvio de, 1956 – *Vila Rica: formação e desenvolvimento, residências*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional do Livro.

VAZ, Lillian Fessler, 2000 – “Notas sobre as praças do Rio de Janeiro no período colonial” in TEIXEIRA, Manuel C. (coord.) – *A praça na cidade portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, p. 139-156.